



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 043

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 03 DE JUNHO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Ratinho Júnior

Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Garcia - Nelson Tureck (em licença) - Valdir Rossoni; PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; Sem Partido: Rafael Greca

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 043ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
03 DE JUNHO DE 2003**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Delegado Bradock e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 310/2003/ SEMA/GS, do senhor Luiz Eduardo Cheida, secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, em resposta ao pedido de informa-

ções requerido pelo deputado Jocelito Canto, que pede esclarecimentos sobre o Parque Estadual de Vila Velha. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o nº 258/2003/GS, da senhora Vera Maria Haj Mussi Augusto, secretária de Estado da Cultura, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado André Vargas, que pede esclarecimentos sobre a Aplicação da Lei nº 13.133, que prevê o Programa de Incentivo à Cultura. **Ao conhecimento da deputado interesse.**

Sob o nº 834/2003/GP, do senhor Otto Luiz Sponholz, presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando anteprojeto de lei aprovado pelo órgão Especial do Tribunal de Justiça em sessão de 23 de maio de 2003, que cria cargos no Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 835/2003/GP, dos senhores Otto Luiz Sponholz presidente do Tribunal de Justiça e Clayton Camargo, presidente do Tribunal de Alçada, encaminhando anteprojeto de lei aprovado pelo órgão Especial do Tribunal de Justiça em sessão de 23 de maio de 2003, que incorpora a gratificação de assiduidade ao vencimento básico dos servidores do Poder Judiciário. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO S/N

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estou filiado ao partido Liberal- PL e farei parte da bancada do PL com assento nesta augusta Casa de Leis.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) MAURO MORAES

Indicação:

INDICAÇÃO Nº 51/2003

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado:

O deputado Barbosa Neto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A concessão de auxílio-transporte a todos os oficiais de Justiça, que prestam serviços à Justiça Estadual.

II - O auxílio-transporte citado em I, consiste na isenção da incidência do ICMS na aquisição de um veículo zero quilômetro, popular, básico e de fabricação nacional para cada oficial, cabendo ao decreto especificar as formas de controle e objetivos a que se destina.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) BARBOSA NETO

JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei tem a finalidade de atender às necessidades básicas de locomoção da classe dos oficiais

de justiça. A propósito, o oficial de Justiça usa seu próprio carro para o trabalho, o que somente este motivo justifica a apresentação desse projeto.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1110

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 288/2003, fica o Poder Executivo autorizado a manter, nos mesmos valores mensais e requisitos para concessões, o pagamento das vantagens previstas nas Leis nº 13.627 e 13.629, ambas de 11 de junho de 2002.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1111

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 283/2003: “revoga a Lei nº 13.728 de 15 de julho de 2002.”

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1112

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 291/2003, altera a redação do artigo 2º da Lei nº 11.832 de 12.09.1997, que dispõe sobre doação do imóvel que especifica do Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, para o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1103

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no art. 121, do Regimento Interno e atendendo sugestão do setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 129/2003 e 226/2003, que tem por objetivo a criação do programa de habitação rural no Estado do Paraná e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) Hermas Brandão

REQUERIMENTO Nº 1087

Senhor Presidente:

O deputado ora subscritor, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente

REQUERER o desentranhamento dos projetos de lei abaixo relacionados:

- Projeto de Lei nº 299/99, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Alto da Glória, com sede e foro no município de Palmas.

- Projeto de Lei nº 091/2001, de autoria do deputado Marcos Isfer, que proíbe a venda, transferência ou alienação de todos os setores, serviços, obras, equipamentos ou concessões de geração e de transmissão de energia elétrica pelo Estado do Paraná ou pelos órgãos da Administração Indireta Estadual;

- Projeto de Lei nº 252/2001, de autoria do deputado Marcos Isfer, que reduz a 0% (zero por cento) a alíquota do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e municipal e de comunicações (ICMS) incidente sobre aparelhos eletrodomésticos que possuam selo verde de eficiência energética, instituído por decreto do presidente da República.

- Projeto de Lei nº 006/2001, de autoria dos deputados Marcos Isfer, Tony Garcia, Cezar Silvestri, Algaci Tulio, Augustinho Zucchi, Pastor Edson Praczyk e Renato Gaúcho, que revoga a Resolução nº 1596/2001, da Secretaria de Estado da Educação que trata da Educação Especial.

- Projeto de Lei nº 540/2001 de autoria dos deputados Marcos Isfer e Cezar Silvestri, que cria a Agência Estadual de Resolução de Infra-estrutura e Transportes do Paraná - AGERP.

- Projeto de Lei nº 017/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que cria o Programa Estadual de Recompensa e dá outras providências (anexo aos Projetos de Lei nº 695/2001 e 128/2002, Requerimento nº 2189 de 21/03/2002, do deputado Hermas Brandão).

- Projeto de Lei nº 038/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que revoga a Lei nº 12.355 de 08 de dezembro de 1998 (está anexo ao Projeto de Lei nº 22/2002).

- Proposição nº 051/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que inclui no artigo 27 da Constituição Estadual o inciso XXIV e os parágrafos 1º e 2º conforme especifica.

- Projeto de Lei nº 076/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que destina 30% da arrecadação das multas de trânsito cuja competência seja do Estado do Paraná, para hospitais especializados no tratamento de traumas advindos de acidentes de trânsito, e dá outras providências.

- Projeto de Lei nº 165/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que autoriza o Poder Executivo a conceder gratificação pelo exercício de encargos especiais aos funcionários do Instituto de Pesos e Medidas do Paraná - IPEM.

- Projeto de Lei nº 201/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que altera o artigo 1º da Lei nº 13.463, de 11 de janeiro de 2002 (bebidas alcoólicas).

- Projeto de Lei nº 056/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que altera o parágrafo único do artigo 88 da Constituição do Estado do Paraná.

- Projeto de Lei nº 435/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que acresce o alínea ao inciso II do artigo 14 da Lei Estadual nº 11580, que regulamenta o Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias - ICMS (embalagens plásticas derivadas de polietileno).

- Projeto de Lei nº 566/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que concede o título de Cidadã Benemérita do Paraná a Exma. Sra. Maria do Carmo Cardoso.

- Projeto de Lei nº 639/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que reduz a zero por cento o ICMS de veículos fabricados no Estado do Paraná destinados a taxi, transporte escolar e os destinados aos profissionais da representação comercial.

- Projeto de Lei nº 715/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que isenta os veículos do tipo "Motociclo" das taxas de pedágio nas rodovias do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1122

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, artigo 161 do Regimento Interno desta Casa, encaminha à Mesa declaração de voto, justificando, outrossim que, dada a intempestiva suspensão da Sessão Plenária do dia de ontem, 02 de junho, logo após a votação do requerimento de regime de urgência para tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 004/2003, a presente declaração de voto não pôde ser protocolada naquela Sessão, motivando seu encaminhamento nesta Sessão subsequente, conforme segue: votaram favoravelmente ao requerimento do regime de urgência referido, os deputados Ademar Traiano, Ailton Araújo, Barbosa Neto, Chico Noroeste, Doutor Luciano, Durval Amaral, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Plauto Miró Guimarães, Pastor Edson Praczyk, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Reni Pereira e Valdir Rossoni, porque, em razão dos flagrantes prejuízos causados pelo Decreto do Poder Executivo nº 1247, de 12 de maio de 2003, a toda a região dos Campos Gerais, é de máxima urgência que esta Casa de Leis delibere quanto à sustação dos efeitos do referido ato administrativo, objeto do Projeto de Decreto Legislativo nº 04/2003, apresentado nesta Assembléia no dia 21 de maio último.

Não obstante os notórios danos causados pelo decreto em questão, votaram contrariamente ao requerimento de regime de urgência a respeito do qual trata esta declaração de voto, os deputados Ademir Bier, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Antonio Anibelli, Arlete Caramês, Artagão Júnior, Augustinho Zucchi, Carlos Simões, Cida Borghetti, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fran-

cisco Bühner, Geraldo Cartário, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Pare Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Rafael Greca, Tadeu Veneri, Vanderlei Iensen e Waldir Leite, tendo presidido a Sessão, o deputado Natálio Stica.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1096

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o douto Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, votos de congratulações ao município de Santa Tereza d'Oeste, pela passagem de mais um aniversário de sua emancipação político-administrativa, comemorado no dia 12 de junho corrente.

Requer ainda que, da decisão da Mesa, sejam comunicados os senhores prefeito, vice-prefeito e vereadores daquele município, na Prefeitura Municipal de Santa Tereza d'Oeste-PR, CEP:85.825-000.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Pela independência e autonomia conquistadas e mantidas com o empenho e a diligência do povo de Santa Tereza d'Oeste, é mister e satisfação propor esta homenagem, à qual rogamos a aprovação dos nobres pares desta augusta Casa.

REQUERIMENTO Nº 1097

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o douto Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, votos de congratulações ao município de Anahy, pela passagem de mais um aniversário de sua emancipação político-administrativa, comemorado no dia 11 de junho corrente.

Requer ainda que, da decisão da Mesa, sejam comunicados os senhores prefeito, vice-prefeito e vereadores daquele município, na Prefeitura Municipal Anahy-PR, CEP:85.425-000.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Pela independência e autonomia conquistadas e mantidas com o empenho e a diligência do povo de Anahy, é mister e satisfação propor esta homenagem, à qual rogamos a aprovação dos nobres pares desta augusta Casa.

REQUERIMENTO Nº 1098

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após

ouvido o douto Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, votos de congratulações ao município de Lindoeste, pela passagem de mais um aniversário de sua emancipação político-administrativa, comemorado no dia 12 de junho corrente.

Requer ainda que, da decisão da Mesa, sejam comunicados os senhores prefeito, vice-prefeito e vereadores daquele município, na Prefeitura Municipal de Lindoeste-PR, CEP:85.826-000.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Pela independência e autonomia conquistadas e mantidas com o empenho e a diligência do povo de Lindoeste, é mister e satisfação propor esta homenagem, à qual rogamos a aprovação dos nobres pares desta augusta Casa.

REQUERIMENTO Nº 1099

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o douto Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, votos de congratulações ao município de Ibema, pela passagem de mais um aniversário de sua emancipação político-administrativa, comemorado no dia 12 de junho corrente.

Requer ainda que, da decisão da Mesa, sejam comunicados os senhores prefeito, vice-prefeito e vereadores daquele município, na Prefeitura Municipal, Ibema-PR, CP:85.478-000.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Pela independência e autonomia conquistadas e mantidas com o empenho e a diligência do povo de Ibema, é mister e satisfação propor esta homenagem, à qual rogamos a aprovação dos nobres pares desta augusta Casa.

REQUERIMENTO Nº 1120

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de parabenização ao Colégio Mãe de Deus - de Londrina, pela comenda de ouro recebida pela Câmara Municipal de Londrina.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à Avenida São Paulo, 651-Londrina.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 1114

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o

douto Plenário, seja encaminhado ofício ao senhor Caio Brandão, diretor-presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, solicitando a execução da travessa para a passagem de tubulação de água na PR-182, próximo ao Colégio Agrícola, no município de Diamante do Norte.

O referido pedido se justifica tendo em vista que com a execução da referida travessia para a passagem de tubulação de água potável, serão atendidas em torno de 200 famílias que residem no local.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1076

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. governador do Estado do Paraná, solicitando as seguintes informações a respeito da Penitenciária Feminina de Regime Semi-Aberto no Ahu:

- onde se encontra lotada a servidora Maria Cristina de Souza Santos;

- qual o cargo e quais as atividades desenvolvidas pela mencionada servidora;

- caso a servidora encontre-se afastada de suas funções, apresentar as razões do afastamento.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90, inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do deputado estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual. Há denúncias de que a servidora estaria afastada de suas funções por razões desconhecidas.

REQUERIMENTO Nº 1083

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. diretor superintendente da Fundepar, Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando a liberação de recursos para a realização de reforma geral na Escola Estadual Olavo Bilac, no município de Medianeira, com a construção de um laboratório de ciências e um de informática, construção de um refeitório e término das obras da quadra de esportes.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao vereador Alcides Marques, presidente; e ao vereador Célio Pinto de Oliveira, autor do requerimento, no seguinte endereço: Câmara Municipal de Medianeira, localizada na Av. Rio Grande do Sul, 2243 - CEP 85884-000 - Medianeira - PR.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O referido estabelecimento de ensino encontra-se necessitando urgentemente de uma avaliação que venha solucionar os problemas apresentados com goteiras, rachaduras e outros transtornos, que dificultam o bom andamento das atividades escolares.

REQUERIMENTO Nº 1084

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilmo. Sr. diretor-geral do DER, Rogério Wallbach Tizzot, solicitando a realização de projeto conservacionista, voltado à readequação da Rodovia PRT-467, entre os municípios de Toledo e Quatro Pontes.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao vereador Lúcio de Marchi, presidente da Câmara, bem como ao vereador Leocildes Bisognin, autor do requerimento, na Câmara Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1101

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma regimental e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. governador do Estado do Paraná e ao tribunal de Contas do Estado do Paraná, solicitando as seguintes informações a respeito de cobrança da taxa de iluminação pública na cidade de Santa Fé / PR.

- Qual foi a arrecadação da Prefeitura de Santa Fé com a cobrança da taxa de iluminação pública no primeiro trimestre de 2003?

- Qual o valor pago efetivamente pela Prefeitura à Copel no primeiro trimestre de 2003?

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90, inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1108

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja enviada correspondência ao senhor governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, pedindo informações, com base no Decreto 253 de 29/01/2003, sobre os custos financeiros para o Governo do Estado da vinda da mega exposição chinesa "Guerreiros de Xian", qual a lei que permite promover tal despesa para os cofres públicos e qual o tempo de permanência na Capital.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1109

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja enviada correspondência ao Sr. governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, solicitando liberação de recursos financeiros para a execução de obras de reestruturação da Igreja Matriz Imaculada Conceição, do município de Teixeira Soares, tombada pelo Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Paraná, em 16 de maio de 2001.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1113

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao senhor conselheiro Henrique Naigeboren, presidente do Tribunal de Contas do Estado, solicitando informações referentes à prestação de contas do município de Iguaçu, conforme segue:

- As contas referentes aos exercícios financeiros de 1999, 2000, 2001 e 2002 foram aprovadas por esse Tribunal?

Encaminhar o relatório referente a prestação de contas dos referidos exercícios.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento fundamenta-se nas atribuições conferidas pelo inciso XXXIII da Constituição Federal, nos artigos 55 a 90 inciso V da Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

Como prerrogativa do deputado estadual a solicitação de informações é um importante instrumento de acompanhamento dos atos dos poderes públicos.

REQUERIMENTO Nº 1121

Senhor Presidente:

A deputada estadual Luciana Rafagnin, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma regimental e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para justificar o não comparecimento à Sessão do dia 04 de junho de 2003 do deputado Tadeu Veneri.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O deputado estará participando do seminário Plano Nacional de Educação: O Compromisso do Poder Legislativo, que está sendo promovido pela Comissão de Educação Cultural e Esporte da Câmara Federal.

REQUERIMENTO Nº 1085

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, encaminhamento de expediente ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião, solicitando que interceda junto aos órgãos competentes, para que reiniciem-se as obras da ponte sobre o Rio Iguaçu, BR-153, próximo à cidade de União da Vitória, a qual encontra-se interditada em uma das pistas de rolamento, prejudicando o tráfego, bem como causando danos aos usuários.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1075

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, com fundamento no artigo 53, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná, REQUER, à Mesa:

- Realização de Audiência Pública das Comissões de Segurança Pública e Direitos Humanos e da Cidadania e Defesa do Consumidor, no dia 25 de junho de 2003, a partir das 9h00, a realizar-se no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Paraná.

A presente audiência terá por objetivo o debate das seguintes questões que envolvem o sistema penitenciário paranaense:

- Terceirização do Sistema Penitenciário;
- Falta de estrutura e condições de trabalho no sistema penitenciário estatal;
- Contratos entre o Estado do Paraná e serviços terceirizados do sistema penitenciário.

Para prestar informações e manifestar os diferentes entendimentos, deverão ser convidadas as seguintes autoridades, além de todos os interessados.

- Sandra Maria Duarte, presidente do Sindicato dos Servidores do Sistema Penitenciário do Paraná;
- Representante do Ministério Público Estadual do Paraná;

- Representante da Procuradoria Geral do Trabalho;

- Secretário de Estado da Justiça e Cidadania - Aldo José Parzianello;

- Secretário de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social - Padre Roque Zimmermann;

- Representante da Vara de Execuções Penais do Ministério Público do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da presente audiência é debater sobre as reais condições em que se encontra o sistema penitenciário paranaense no que diz respeito às relações de trabalho, estrutura do sistema e contratos com as empresas terceirizadas.

REQUERIMENTO Nº 1086

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui respeitosamente, SOLICITAR, conforme Requerimento nº 045/2003 da Câmara dos Vereadores de São Mateus do Sul, esclarecimentos à Secretaria de Estado dos Transportes, no que tange à obra iniciada e paralisada na rodovia PR-151, trecho São Mateus do Sul (PR) a Três Barras (SC):

- 1 - o motivo pelo qual a obra encontra-se paralisada;
- 2 - existia provisão orçamentária para consecução da obra;
- 3 - realizou-se o devido processo licitatório;
- 4 - tendo existido a licitação, quais se empresas habilitadas no referido processo;
- 5 - qual a empresa que foi vencedora do processo licitatório; e
- 6 - se foi verificada a emissão da Ordem de Serviço.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1088

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vêm REQUERER, após ouvido o douto Plenário, ao secretário Chefe da Casa Civil, ao secretário de Estado dos Transportes e ao procurador-geral do Estado do Paraná, o encaminhamento das Atas das reuniões havidas entre o Poder Executivo e as concessionárias das rodovias públicas estaduais, desde o dia 01 de janeiro até a presente data, visando o fim do pedágio ou a redução das respectivas tarifas, bem como informar local, data, hora e participantes.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(aa) DURVAL AMARAL, LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, FERNANDO

RIBAS CARLI, ELIO RUSCH e PLAUTO MIRÓ
GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1089

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado da Fazenda solicitando informe qual a disponibilidade financeira do Tesouro do Estado em 31 de maio último, enfocando contas bancárias vinculadas a programas, Administração Direta e Administração Indireta.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1092

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem REQUERER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de cópia dos editais de licitação, cópia dos atos de homologação dos licitantes vencedores, cópia dos respectivos contratos de concessão das rodovias públicas estaduais, cópia dos supervenientes aditivos ou quaisquer alterações contratuais posteriores.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1093

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem REQUERER, após ouvido o douto Plenário, ao secretário-chefe da Casa Civil, informar quais os contratos firmados pela administração pública direta e indireta, rescindidos administrativamente por ato unilateral da própria administração pública, quais as empresas signatárias de tais contratos (empresas contratadas); objetivos e valores desses contratos; qual a forma de rescisão com anexação dos respectivos despachos de rescisão, fundamentos e pareceres técnicos.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) DURVAL AMARAL

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 317/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Altera a redação do artigo 1º da Lei 13.463/02 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica proibido o consumo de bebidas alcoólicas, inclusive cerveja, vinho e as bebidas da linha chamada coolers e ices nas dependências, interna e externas,

dos estabelecimentos revendedores de combustíveis (postos de combustíveis) localizados nos perímetros urbanos”.

Art. 2º - O texto de alteração proposto pelo artigo 2º do Projeto de Lei nº 092/2003, passa a ter a seguinte redação, mantido o parágrafo único:

“Art. 2º - Os estabelecimentos de que trata esta lei serão responsáveis pela fiscalização do cumprimento da mesma e deverão afixar em suas dependências de forma ostensiva e legível a proibição de que trata o presente dispositivo”.

Art. 3º - O *caput* do artigo 2º da Lei nº 13.463/02, renumerado para artigo 3º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º - Os estabelecimentos que se trata esta lei que permitirem em suas dependências a conduta proibida no *caput* do artigo 1º, estarão sujeitos às seguintes penalidades:

I - multa;

II - suspensão de funcionamento do estabelecimento por até 30 (trinta) dias”.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.06.2002.

(a) BARBOSA NETO

JUSTIFICATIVA:

A inclusão de bebidas específicas como cerveja, vinho, coolers e ices, é necessária para que a norma alcance a função esperada, pois pelos padrões brasileiros, Lei 9294/96, é considerada “bebida alcoólica” aquela que tenha teor alcoólico superior a 13 graus Gay Lussac, muito superior à maioria das bebidas consumidas nos postos de combustíveis e ao padrão internacional que é de 0,5 graus GL.

Por sua vez, a inclusão de responsabilização pela fiscalização aos postos se faz necessária para que haja o devido cumprimento da lei. Sem responsabilização do estabelecimento, não seria possível atingir os objetivos a que se propõe este projeto.

PROJETO DE LEI Nº 318/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Adite-se parágrafo 3º ao artigo 53 da Lei 6174/1970, com a seguinte redação:

§ 3º - A jornada máxima dos trabalhadores da saúde será de 30 horas semanais.

Art. 2º - A redução da jornada de trabalho não implicará redução de vencimento e demais vantagens.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A redução da jornada de trabalho para os trabalhadores de saúde encontra respaldo nas deliberações das conferências municipais, estaduais e nacionais de saúde.

O principal fundamento encontra-se na natureza da atividade laboral desses profissionais.

A definição da jornada de trabalho na saúde tem que se basear na natureza da atividade de saúde e não apenas nos riscos a que os trabalhadores da área estejam submetidos. Dizer isso significa compreender que o ato em saúde supõe um momento único e decisivo em que se lida com a vida, a dor, o sofrimento, a angústia, a ansiedade e às vezes a morte de outro ser humano.

Nenhum outro ramo de atividade laboral congrega tais características.

Inúmeras profissões já têm jornadas reduzidas em função da natureza de trabalho onde é preciso que se garanta a vida, a segurança de indivíduos e/ou populações: pilotos de avião, trabalhadores no setor energético nuclear, plataformas petrolíferas, etc, portanto 30 horas não é privilégio dos trabalhadores da saúde, mas uma necessidade do SUS.

A redução da jornada que propomos está dentro de um conjunto de propostas para os Recursos Humanos do SUS, portanto, não é isolada e faz parte de todo um contexto de valorização e qualificação do trabalhador de saúde. A dedicação exclusiva é plenamente desejável, mas ela deve ser a consequência da valorização do trabalho com salários dignos, carreiras etc. (...)

Quem trabalha em saúde atendendo a população, sabe da impossibilidade de manter o ritmo e a qualidade de trabalho por 8 horas seguidas, pela natureza do trabalho que acarreta grande desgaste físico e emocional. A jornada de 6 horas alivia esta situação, permitindo maior regularidade no trabalho e a preservação da qualidade no atendimento.

A redução da jornada para 30 horas semanais consequentemente contribuirá para a diminuição do absenteísmo, dos afastamentos para tratamento de saúde, da rotatividade neste setor, na transferência de pessoal qualificado para outros serviços.

Vários órgãos que prestam serviços de Saúde no Estado do Paraná e ou no SUS, já têm jornada de 30 horas semanais como é o caso do Hospital de Clínicas da UFPS, em Curitiba;

A jornada de 30 horas beneficiará:

- 1º diretamente os trabalhadores de saúde, que terão menor desgaste físico e emocional no trabalho.

- 2º A população usuária que terá melhor qualidade no atendimento.

A quem interessa as 30 horas?

Em primeiro lugar, à própria população usuária dos serviços de saúde. A característica fundamental do

atendimento à saúde é que ele se realiza na intimidade da relação de dois indivíduos: o profissional de saúde e o usuário, mesmo quando realizado por uma equipe. Não é um produto palpável. É um momento único e decisivo. É um ato que exige do profissional de saúde o melhor de si, seja do seu preparo, seja das condições físicas e psicológicas naquele momento. É um ato que em sua singularidade pode determinar a morte ou a vida de quem é socorrido. Em segundo lugar, o próprio profissional de saúde para bem realizar seu trabalho, depende de boas condições de trabalho, compatível com o esforço que realiza.

Reconhecimento da excepcionalidade

Mesmo os que são contra o estabelecimento da jornada máxima de 30 horas semanais para os profissionais de saúde, reconhecem o caráter especial da natureza desse trabalho. A Constituição Federal de 1988 determina em seu artigo 7º, alínea XIII: duração do trabalho normal não superior a 8 horas diárias e 44 horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução de jornada, mediante acordo ou convenção coletiva do trabalho. Portanto, mesmo aqueles que defendem 40 horas de jornada máxima já o fazem considerando a excepcionalidade do trabalho da saúde e reconhecendo a necessidade da redução da jornada de 44 horas semanais estabelecida pela Constituição para o trabalho normal. A divergência reside na adoção de uma jornada máxima de 30 ou 40 horas semanais.

30 horas é o máximo mesmo

Quantos quilômetros uma enfermeira ou auxiliar de enfermagem andam por dia em seu trabalho? Quantas vezes um porteiro, ou atendente de entrada de um mesmo serviço ouve uma mesma pergunta de um interlocutor ansioso, afobado, tenso e desconfiado? A quantos agentes biológicos, ofensivos à saúde estão expostos em um mesmo dia? Quanto sofrimento, angústia e ansiedade são produzidos em cada atendimento?

O que representa para o equilíbrio físico e psicológico de cada um, o regime de plantão, em especial o noturno?

Quem consegue realmente uma hora, pelo menos, de repouso durante a jornada para almoçar?

O que é para todos o ruído de uma sirene entrando em um hospital, ou o bip-bip infernal dos controles eletrônicos, indispensável para a sobrevivência de quem é assistido?

O que é a responsabilidade pela emissão de um documento indispensável à compra de medicamento ou o registro a respeito de uma medicação administrada. O que significa um erro neste momento?

É óbvia a excepcionalidade e a própria Constituição Federal já reconhece, ao determinar em seu artigo 7º, alínea IV: jornada de 6 horas para os trabalhos realizados em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação (coletiva) o que implica uma jornada máxima de 30 horas semanais.

Conclusão

Tal como foi assinalado no início do texto, aqui estão colocadas apenas algumas idéias para o debate da questão. É óbvio que a fixação da jornada máxima de 30 horas semanais para os profissionais de saúde é uma questão de interesse do conjunto da sociedade. Fica também claro que é a luta dos profissionais de saúde o caminho para clarear esta questão, cujos benefícios, em última instância, serão os próprios usuários do serviço de saúde.

Esta justificativa se baseou em artigo de Jairo Coutinho, publicado na Revista Saúde em Debate, em outubro de 1992.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) TADEU VENERI

PROJETO DE LEI Nº 319/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Pais e Mestres-APM da Escola Rural Municipal Augusta Gutierrez Lopes, com sede no município de Mariluz e foro na Comarca de Cruzeiro d'Oeste, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) NEIVO NERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 02 de abril de 1996, como órgão de representação de pais e professores, a Associação de Pais e Mestres-APM, da Escola Rural Municipal Augusta Gutierrez Lopez, Ensino de 1º grau, do município de Mariluz, tem como objetivo principais integrar a comunidade no contexto escolar, promovendo o entrosamento entre pais, professores, funcionários e membros da comunidade, através de atividade sócio-cultural e desportiva.

Trata-se de entidade devidamente registrada no Registro de Pessoas Jurídicas, em funcionamento há mais de 6 anos, com estatutos e diretoria constituída, preenchendo todos os requisitos legais à sua declaração de Utilidade Pública Estadual.

Esperamos contar com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 320/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Pais e Mestres-APM da Escola Municipal Arnaldo Busato, Ensino de Pré e 1º Grau, com sede no município de Mariluz e foro na Comarca de Cruzeiro d'Oeste, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) NEIVO NERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 02 de abril de 1996, a AMP da Escola Municipal Arnaldo Busato, Ensino de Pré e 1º Grau, com sede no município de Mariluz, e foro em Cruzeiro d'Oeste, Estado do Paraná, tem como objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade.

A documentação inclusa comprova que a APM da Escola Municipal Arnaldo Busato preenche todos os requisitos legais exigidos para a declaração de Utilidade Pública, eis que possui personalidade jurídica, estando devidamente registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas da Comarca de Cruzeiro d'Oeste; está em efetivo funcionamento há mais de 06 anos; não tem fins lucrativos; presta desinteressadamente serviços à comunidade e sua diretoria não é remunerada a qualquer título.

Anexamos, para análise, Ata de Eleição da Diretoria atual bem como relatório de atividades do último ano.

Contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 321/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Pais e Mestres-APM da Escola Municipal Sebastião José Monteiro, com sede no município de Mariluz e foro na Comarca de Cruzeiro d'Oeste, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) NEIVO NERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 20 de março de 1996, como órgão de representação de pais e professores, a Associação de Pais e Mestres-APM, da Escola Municipal Sebastião José Monteiro, Ensino Pré e 1º Grau, do município de Mariluz, tem como objetivo principais integrar a comunidade no contexto escolar, promovendo o entrosamento entre pais, professores, funcionários e membros da comunidade, através de atividade sócio-cultural e desportiva.

Trata-se de entidade devidamente registrada no Registro de Pessoas Jurídicas, em funcionamento há mais de 6 anos, com estatutos e diretoria constituída, preenchendo todos os requisitos legais à sua declaração de Utilidade Pública Estadual.

Esperamos contar com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 322/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Pais e Mestres-APM da Escola Municipal Laudelino Rosa de Mello, com sede no município de Mariluz e foro na Comarca de Cruzeiro d'Oeste, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 30 de agosto de 1995, a AMP da Escola Municipal Laudelino Rosa de Mello, Ensino de Pré e 1º Grau, com sede no município de Mariluz, e foro em Cruzeiro d'Oeste, Estado do Paraná, tem como objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade.

A documentação inclusa comprova que a APM da Escola Municipal Laudelino Rosa de Mello preenche todos os requisitos legais exigidos para a declaração de Utilidade Pública, eis que possui personalidade jurídica, estando devidamente registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas da Comarca de Cruzeiro d'Oeste; está em efetivo funcionamento há mais de 07 anos; não tem fins lucrativos; presta desinteressadamente serviços à comunidade e sua diretoria não é remunerada a qualquer título.

Anexamos, para análise, Ata de Eleição da Diretoria atual bem como relatório de atividades do último ano.

Contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 323/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam suspensos por tempo indeterminado os efeitos do Decreto Governamental nº 1052/2003, relativos à estadualização da Fundação Faculdades Luiz Meneguel (FFALM), estabelecida no município de Bandeirantes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado do Paraná decidiu estadualizar a Fundação Faculdades Luiz Meneguel (FFALM) de

Bandeirantes. Tal medida significa para o Governo do Estado mais investimento na área de educação superior.

Para este fim, deveria se atentar ao disposto nos artigos 5º, 16, 17 e 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

“Art. 5º - O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta lei complementar;

...

§ 5º - A lei orçamentária não consignará dotação para o investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão conforme o disposto no § 1º do artigo 167 da Constituição.

Art. 15 - Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos artigos 16 e 17.

Art. 16 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa de impacto orçamentário financeiro no exercício que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 17 - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º - Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do artigo 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º - Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do artigo 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

...

§ 5º - A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

Art. 45 - “Observado o disposto no parágrafo 5º do artigo 5º, a lei orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos em que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias”.

Disso resulta que novos investimentos em cada setor somente poderão ser efetivados pelo Estado desde

que estejam atendidas todas as despesas com a manutenção dos projetos já existentes e contemplados no orçamento.

Não se pode admitir que o Governo do Estado tenha estadualizado uma faculdade sem se comprometer com o envio de verbas para manutenção e investimento, aliás, como não havia previsão a respeito desta situação, será necessária a abertura de créditos adicionais possivelmente.

Todavia como admitir este novo investimento, quando cancelado um curso junto à Universidade de Ponta Grossa, sob o argumento específico da falta de estrutura. Ora, a Universidade Estadual de Ponta Grossa, já possuía valores reservados no orçamento do Estado, para investimento no curso de Medicina. Foi realizado um vestibular, alunos iniciaram suas aulas, enfim há toda uma estrutura universitária pronta a continuar o investimento num setor de extrema importância para a cidade.

Durante os debates relativos à transferência de alunos para outras Universidades do Estado, verificamos que também as Universidades de Cascavel, de Londrina e de Maringá carecem de investimentos e até em alguns casos de manutenção dos laboratórios, todavia, estão no aguardo de verbas, recebendo do Estado promessas apenas.

Assim, verifica-se a ilegalidade da estadualização, uma vez que não comprovado pelo Estado o atendimento eficiente e dos projetos em andamento e atendidas as despesas de conservação das Universidades já existentes. Aliás, este fator sequer foi cogitado no Plano Plurianual, nem na Lei de Diretrizes Orçamentárias, mais um motivo para que não possa ser executado.

A partir da edição da Lei de Responsabilidade Fiscal o Estado poderá iniciar novos projetos (desde que contemplados na Lei de Diretrizes Orçamentárias) SÓ E SOMENTE SÓ após:

a) adequadamente atendidos os projetos em andamento;

b) contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

A comprovação destes fatos deve ser feita através de relatório para o Legislativo.

O legislativo, para analisar a capacidade de investimento do Estado verificará:

Capacidade de investimento do município será igual $CIM = (RC + TC) - (DC + AD)$;

A Soma das Receitas Correntes mais as Transferências de Capital, subtraindo-se a soma das Despesas Correntes e da Amortização da Dívida;

Novos projetos somente poderão ser incorporados se a Capacidade de Investimento do Município suportar o Custo dos Projetos em Andamento e os Custos do Novo Projeto: $CIM = (CPA - CNP)$.

A partir do ano de 2000, o administrador público não pode tomar atitudes a seu bel-prazer sem ampla análise econômica, de forma a não prejudicar as situações e projetos em andamento, que todos sabemos, acabam se

incorporando ao dia-a-dia da população e não podem ser abandonados sem efetivo prejuízo.

Aliás, é interessante mencionar parte das razões do Estado inseridas na resposta à Ação Civil Pública proposta junto à Comarca de Ponta Grossa, onde se pleiteava a manutenção do curso de medicina em Ponta Grossa (Autos 141212-8 Pedido de Suspensão de Liminar).

“As metas anteriormente previstas e os serviços já iniciados têm prioridade frente às novas despesas, assim como os investimentos já iniciados, o custeio já planejado de toda a máquina estatal, e a conservação do patrimônio público que não podem ser prejudicados por uma nova despesa pública, por mais relevante que seja, como é o caso do Curso de Medicina”.

Ora, se um curso já em andamento poder ser suspenso por que o Estado não pode investir mais na educação superior, como admitir a criação de novas despesas com a estadualização de toda uma nova faculdade?

Note-se que não são pequenas as despesas a serem assumidas com a estadualização, uma vez que a imprensa divulgou que o investimento do Estado na nova Universidade será de R\$5.800.000,00 (cinco milhões e oitocentos mil reais).

O que não fariam as Universidades de Ponta Grossa, a de Londrina e a de Maringá com este valor? Quantas reivindicações estão há anos sem atendimento do Estado? Como vão as bibliotecas, os laboratórios, os núcleos de pesquisa dessas Universidades?

E ainda:

“A declaração do ordenador de despesa é outra exigência legal que não foi obedecida, porque a afirmação de que a despesa autorizada tinha adequação legal e orçamentária não se limita à inclusão no PPA, LDO e LOA, mas também aos relatórios que demonstram a possibilidade de execução da despesa, ante a disponibilidade financeira, e sem comprometer o que já estava planejado e vinha sendo executado (grifo nosso).

Assim, enquanto não comprovado que todas as demais Universidades não sofrerão prejuízos financeiros com a estadualização, devem ser sustados os efeitos do decreto governamental.

Continua o ilustre procurador do Estado:

“Como esse cuidado não foi observado e como na atualidade o planejamento constatou que não haverá disponibilidade financeira para atender aos projetos antes iniciados e menos ainda para os novos projetos incluídos nas Leis Orçamentárias, várias despesas novas e outras que podiam ser reduzidas foram cortadas.

Todas essas exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal não existem para inviabilizar a Administração Pública, mas para torná-la responsável, exigindo do Administrador um planejamento competente, visando o equilíbrio das contas públicas, evitando-se a demagogia e o endividamento exagerado do ente público, sem análise dos benefícios sociais reais, tal como ocorria anteriormente.

Assim, com fundamento nas mesmas razões apresentadas pelo procurador do Estado para suspender o curso de Medicina na Universidade de Ponta Grossa, espera-se a aprovação deste projeto de lei, uma vez que cabe a esta Casa exercer o controle interno das contas públicas, não podendo assumir conjuntamente com Executivo o risco de novas despesas ainda mais com as informações de que não existem verbas suficientes para atender às já orçadas sem prejuízo da nossa sociedade.

PROJETO DE LEI Nº 324/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no município de Sarandi.

Art. 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no município de Sarandi.

A Associação, sem fins lucrativos, foi fundada em 24 de junho de 1983 e realiza, com sucesso, o trabalho inerente à finalidade de sua criação.

Tendo por objetivo principal, a promoção social da família, onde atua através de programas, ações e serviços voltados às áreas social, de saúde, da educação, da formação profissional, da segurança alimentar e nutricional.

Sendo uma entidade de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, atua na área de assistência social, coordenando, assessorando e desenvolvendo projetos e programas.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente propositura.

PROJETO DE LEI Nº 325/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Assistência e Promoção Social Exército da Salvação "Lar Oricema Vargas", uma área de terra e benfeitoria nela existente, do Lote B do registro sob o nº 2917, com 426,87 m2, IPTU nº 014.008.0073.001-831, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Piraí do Sul.

Parágrafo Único - A doação do imóvel a que se refere o *caput* deste artigo, deverá ficar gravada com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo o imóvel ser utilizado com o abrigo, semi-abrigo e creche

do lar Oricema Vargas, não podendo ser dada outra destinação, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimento.

Art. 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.06.2003.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de autorizar o Poder Executivo a doar à Assistência e Promoção Social Exército da Salvação "Lar Oricema Vargas", imóvel situado na sede do município de Piraí do Sul.

O Lar Oricema Vargas vem realizando maravilhoso trabalho junto à comunidade de Piraí do Sul e região, atendendo uma média de 200 crianças e adolescentes diariamente, conforme comprova o relatório de atividades que anexamos ao projeto.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Elton Carlos Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhor presidente, senhores deputados, imprensa, povo do Paraná.

A benevolência do governo passado é tamanha, os contratos que eram feitos só beneficiavam os que tinham concessões.

Deputado Stica, quando vemos nos jornais a indenização de 3 bilhões de reais dos contratos de concessões às rodovias pedagiadas, dá para até chorar. É um contrato que ajuda mesmo quem tem a concessão, mas temos aqui que parabenizar o governador Requião que mandará em breve uma mensagem, encampando os pedágios.

Os 3 bilhões, senhoras e senhores, pela benevolência, do jeito que foram feitos os contratos, e se fosse para o Governo pagar - mas ele não vai pagar, - dariam para duplicar aproximadamente 5 mil quilômetros. O custo, segundo o DER, de 1 quilômetro, senhores deputados, custa em torno de 600 mil a 1 milhão e meio. Se fosse pela média de 600 mil, daria para duplicar todo o Anel de Integração, que é pedagiado, e muitos mais quilômetros.

Essa multa que alegam ter direito é um absurdo, tamanha foi a forma como o contrato foi feito para facilitar e favorecer as concessionárias. Por isso, a encampação dos pedágios dará uma linha. E acredito que nós, neste Plenário, decidiremos o melhor para o Paraná com relação às concessões, e que o Estado passará a gerir com propriedade, com decência, e com certeza terá dinheiro para recuperar as outras estradas esburacadas que existem em todo o Estado do Paraná. Na região de Guaíra, por exemplo, e Terra Roxa que é o maior pólo agropecuário

da região, temos buracos que as carretas precisam quase parar para passar.

Infelizmente ainda não há orçamento para podermos recuperar. Houve, pelo Denit, autorização de uma concorrência pública no valor de 8 bilhões e ela será recuperada. É um exemplo que eu dei. E da forma como foram feitos os contratos, infelizmente só trazem vantagens para as concessionárias. Por isso a encampação, segundo o governador Requião, e o que vai passar por esta Assembléia é justa e nós discutiremos abertamente com toda a sociedade paranaense.

Onde que diz que as multas deveriam ser 3 bilhões de reais? Esses 3 bilhões de reais dariam para duplicar todo o Anel de Integração e sobriaria um monte de estrada para ser duplicada a mais, porque o custo da duplicação varia de acordo com o DER, de 600 mil a 1 milhão e meio de reais.

Era isso, senhor presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Findo o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Conforme requerimento aprovado já por esta Casa, requerimento da deputada Luciana Rafagnin, o Horário do Grande Expediente será destinado ao Sindicato de Saúde do Paraná, e usará da palavra por trinta minutos, a coordenadora Mari Elaine Rodela.

(**Aplausos**)

A SRA. MARI ELAINE RODELA

Esses aplausos, são aplausos de pedido aos deputados e deputadas. É um pedido dos trabalhadores da saúde do Estado, que há oito anos estão esquecidos por esse governo e pelo passado. Esperamos que nesse a política seja diferente.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à deputada Luciana Rafagnin, por nos ter concedido esse espaço, e agradecendo também, por extensão, a todos os deputados e deputadas que nos ouvirem nesse momento de apelo dos servidores da saúde.

Nós estamos aqui nesta Casa, repleta de autoridades, para expor a situação dos servidores da saúde e buscar ajuda dos parlamentares para a causa, que com certeza é justa.

Os trabalhadores em saúde do Estado do Paraná, atuam diretamente no atendimento à população. As estatísticas demonstram que mais de 87% da população paranaense usa o sistema público de saúde. Portanto, a esmagadora maioria da população depende da atuação dos servidores estaduais.

São trabalhadores que se dedicam com entusiasmo ao atendimento aos pacientes acometidos das mais diversas patologias. Quem aqui já viu o estado de um paciente com hepatite, com tuberculose, com hanseníase, com meningite ou qualquer outra doença infecto-contagiosa? Quem aqui não sabe que essas doenças podem causar a

completa dependência física do paciente ao profissional de saúde?

Muitos trabalhadores do serviço público de saúde do Paraná, também trabalham com pacientes em sofrimento psíquico intenso.

Portanto, sejam doenças infecto-contagiosas, seja com crianças, com mães, com pessoas com problemas de sofrimento psíquico, os trabalhadores da saúde convivem diariamente com a dor, com o sofrimento, com a morte, o que causa stress, associado ao sofrimento dos pacientes, os amigos e familiares que o servidor também ajuda a cuidar. O servidor também está exposto a inúmeros agentes biológicos e químicos que podem afetar a sua saúde.

O trabalho desenvolvido pelos servidores é de relevância pública. É o único item da Constituição Federal que considera relevância pública área de saúde que o Estado tem que propiciar para a população. E por isso, esses trabalhadores precisam ser valorizados e reconhecidos, como um bem que pertence ao povo.

Nesta oportunidade, queremos falar da gravidade salarial dos trabalhadores que ocupam cargos de 1º e 2º graus. Todos os servidores precisam de reajuste e valorização, e no entanto, quem tem cargos de 1º e 2º graus, estão efetivamente há oito anos sem reposição das perdas salariais.

As perdas chegam ao índice absurdo de 95%; não é mais, nem menos. Sobrou apenas 5% do salário de agosto de 1995, quando o ex-governador concedeu 10% de reajuste. A situação financeira hoje é desumana é aviltante. Não há como manter um mínimo de qualidade de vida com salários tão defasados.

A inflação corroeu os salários e não houve autoridade que se dedicasse a atuar em defesa desses funcionários.

Estão sem reajuste salarial desde agosto de 95, os servidores que mantêm limpo o ambiente de trabalho, que dão banho nos pacientes, que lidam com o sangue que fará parte do banco de sangue, salvando vidas, ou seja, que atendem de forma integral as pessoas doentes da nossa população. Apesar da importância do trabalho e das condições adversas enfrentadas, esses servidores foram completamente esquecidos ao longo dos últimos oito anos.

Hoje, cerca de 4 mil servidores da ativa e aposentados são mulheres, muitas delas são responsáveis por toda a família. Enquanto trabalham, pensam em como comprar o que vão dar para os filhos no jantar, pensam em como vão comprar material escolar para suas crianças.

Sem salário, sem valorização, sem um Plano de Cargos, Carreiras e Salários adequado, o funcionalismo tem adoecido.

Os números de afastamento por depressão, é assustador. É a primeira causa de pedido de licença-saúde. Essa situação não pode continuar.

É por isso que estamos aqui, hoje, pedindo a intermediação dos senhores, no sentido de conseguir uma audiência com o governador Roberto Requião.

É urgente iniciarmos um processo que permita que esses servidores - especialmente os de 1º e 2º grau - possam recuperar a dignidade e retomar suas vidas.

Queremos negociar com o governo do Estado e por isso estamos aqui para solicitar a colaboração dos senhores deputados para que seja formada uma comissão de parlamentares que, junto com representantes do SindiSaúde, possamos conversar com o governador Requião.

Desde janeiro, o SindiSaúde tem buscado negociar com o secretário estadual de Saúde, tem demonstrado para o Dr. Cláudio Xavier a gravidade da situação. No entanto, infelizmente, não houve negociação efetiva. Não houve nenhum índice que fosse apresentado, concretamente, para repor as perdas. Já apelamos ao secretário da Fazenda, ao secretário do Planejamento, ao secretário da Administração e ao próprio governador. Já interpelamos diretamente o governador do Estado, mas não houve abertura de negociação.

Não mediremos esforço e procuramos todos os caminhos para obter êxito nesta caminhada, que é justa. Hoje, nós estamos numa manifestação. Não queremos interromper o trabalho, a dedicação destes servidores para a população. Mas, esta situação aviltante de salários tão baixos não pode continuar.

Na semana passada, o Conselho Estadual de Saúde aprovou moção de apoio à luta dos servidores públicos da saúde. A moção aprovada afirma que o Conselho Estadual da Saúde apóia reivindicação dos servidores nos seguintes aspectos: abertura imediata das negociações com o governador do Estado e da Secretaria Estadual de Saúde, definição de uma política justa que recomponha a perda salarial acumulada nos últimos 8 anos, ou seja, repor a perda de 95% e a elaboração de um estudo para viabilizar a criação de quadro próprio da saúde do Estado do Paraná.

Todas estas iniciativas são para tentar acabar com a situação que demonstra a injustiça com estes servidores que tanto se dedicam à população paranaense. E, hoje, nosso pedido às deputadas e deputados desta Casa, que formem uma comissão e consigam mediar, intermediar uma primeira audiência com o governador, para que possamos, finalmente, demonstrar ao governador a situação de calamidade.

Queremos o que é justo. Queremos a correção de salários desses valorosos servidores que atendem bem toda a população paranaense.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Agradecemos a presença da Sra. Mari Elaine Rodela. Esta Casa, como tem feito com todas as manifestações organizadas, sempre estará de portas abertas para receber e colocar os seus problemas, os problemas paranaenses.

No Horário destinado às Lideranças, concedo a palavra ao deputado José Maria Ferreira, do PDT, por 5 minutos.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, nossos servidores da área da saúde que aqui se encontram. Nosso respeito e solidariedade para com as dificuldades com as quais vivem, especialmente na questão salarial.

Reconhecemos que o processo inflacionário, por menor que seja, corrói os salários do trabalhador dentro de um ano, e se nós formos olhar que faz 8 anos, que os reajustes são insignificantes e algumas categorias inexistentes, nós só temos que somar ao sentimento de solidariedade dessa classe tão importante de servidores e trabalhadores do nosso Estado, que têm o nosso reconhecimento para o pleito que aqui vieram fazer.

Senhor presidente, gostaríamos de relatar a V. Exa. e ao Plenário desta Casa, parte dos resultados da 7ª Conferência Nacional da Unale, realizado em São Luiz do Maranhão, no dia 28, 29 e 30 de maio.

Lá estiveram, representando a Assembléia Legislativa do Paraná, os deputados Mario Bradock, Pedro Ivo, Ademir Bier, Augustinho Zucchi, Reni Pereira e o Durval Amaral, fazendo com que as nossas posições e as da Assembléia Legislativa do Paraná, com relação à Reforma Tributária e à Reforma Previdenciária, pudessem ter eco. Foi uma Bancada que atuou tanto na questão da conciliação, da formatação de uma nova chapa para o exercício de 2003 e 2004, mas sobretudo no plenário, participando, atuando, mostrando que os legisladores do Estado do Paraná estão sobretudo sintonizados e atualizados em relação aos grandes problemas nacionais.

Vimos mais uma vez que aqui, através dos deputados Reni Pereira, Durval Amaral, Fernando Ribas Carli, Pedro Ivo e dos demais parlamentares, de que as Assembléias Legislativas estão ficando sem a sua condição básica que é de legislar sobre o tributo de maior importância para a formação das receitas dos Estados.

O que o Governo Central está procurando fazer é reter nas suas mãos a condição de tributar e legislar e permitir para logo mais que os Estados estejam - como já vimos no passado - de pires na mão.

Hoje queria fazer um pronunciamento mais extensivo sobre a Reforma Tributária, mas já requeri o Grande Expediente para amanhã, e vou procurar trazer alguns enfoques a respeito da Reforma Tributária e a forma com que ela se processou ao longo da história brasileira republicana.

O que não adianta nada, não é olhando para o ontem e para o hoje, que nós vamos procurar fazer uma Reforma Tributária, que possa atender aos anseios do nosso Estado e da nossa comunidade, mas, é sobretudo olhando o exemplo da história e como construíamos este arcabolo de legislação tributária que nós temos vigente.

É por essa razão, que vai exigir cada vez mais dos Legislativos Estaduais e na reunião de 5ª feira, o deputado Reni Pereira está coordenando junto com outras Assembléias, lá na Unale, uma grande reunião dos Parlamentares Estaduais, no sentido de que eles possam ofere-

cer uma contribuição, e possam sobretudo se organizar no sentido de fazer a legítima pressão em cima dos deputados federais, porque ao retirar a competência dos Estados e das Assembleias Legislativas legislar sobre o ICMS transformando-o exclusivamente numa legislação federal, nós estamos abrindo mão de legislar, de influir sobre o maior tributo, não só do Estado, mas na somatória dos Estados, o maior tributo que arrecada-se no Brasil, de todos os tributos arrecadados, 40% é ICMS.

O Sr. Augustinho Zucchi

Concede um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado José Maria, apenas para parabenizá-lo pela posição que teve nessa reunião nacional, nesse encontro nacional.

Acho que muitas Assembleias não têm pensado sobre o que está significando essa reforma tributária para os Legislativos estaduais e vou ser sincero que também não tinha me dado conta, só pude perceber através do debate proveitoso, que foi até às 21h00, com várias personalidades, aquela Dra. Meri, que perdoe-me a falta do sobrenome, acho que deveria até a Assembleia Legislativa, quem sabe, aqui, do Paraná, trazer a Dra. Meri, para que pudesse suscitar esse debate, ela que foi extremamente feliz nas suas colocações.

Apenas gostaria de me somar a V. Exa. para dizer que o deputado Orlando Pessuti - que hoje é vice-governador - exercia uma grande liderança sobre os Legislativos nacionais, de todas as Assembleias do Brasil, fato que ficou evidenciado na sua participação, mesmo não sendo deputado, mas extremamente respeitado e reverenciado como tal, e temos aí a sua substituição através de V. Exa. que galgou o posto do tesoureiro-geral da nossa União Nacional dos Legislativos e também o deputado Ademir Bier que ficou representando a região Sul.

Foi uma participação importantíssima, acho que uma das reuniões mais proveitosas, deputado José Maria, que eu já participei em termos de Legisladores Estaduais e quero, realmente, parabenizar V. Exa. que foi preponderante na união de forças para que tivéssemos uma chapa única e V. Exa. foi agraciado, não porque quis, mas por tesoureiro da União Nacional dos Legisladores, que acaba de ganhar sempre mais espaço na discussão em nível nacional dos problemas do Brasil.

Muito obrigado pelo aparte!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Eu é que agradeço, e quero aqui, reafirmar a presença sobremaneira do ex-deputado, colega nosso, secretário de Estado da Agricultura e também nosso vice-governador, Orlando Pessuti, que goza de uma prestígio inigualável em nível nacional.

A Unale serve justamente para isso, para congregar forças, para permitir que os Parlamentos estaduais possam ter uma voz em nível de conjunto, somando idéias, permitindo a construção de uma nação, uma federação,

pois o que se está fazendo com relação ao ICMS na legislação centralizando no Governo Federal, estamos quebrando a coluna vertebral da Federação e isso muitos Parlamentares não estavam muito preocupados com isso, mas no Paraná, desde 2000, já estamos discutindo. No mandato passado nós já discutimos a reforma tributária e neste, da mesma forma, vieram deputados de sangue-novo, como Reni, Pedro Ivo e Bradock que lá estiveram. Para se somar esse esforço construímos uma Federação sem ser uma federação de "faz-de-conta", mas uma Federação em que participemos, efetivamente, do processo de decisão do País.

O Sr. Reni Pereira

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Eu agradeço o seu aparte, o benevolência da Presidência, e gostaria de me somar às suas palavras e às do deputado Augustinho Zucchi, no sentido de que, o momento, está acontecendo, nós precisamos fixar a nossa posição do Paraná, tanto é que amanhã o senhor estará coordenando um debate sobre a Reforma Tributária que estaremos indo hoje à noite a Brasília para somar junto com os demais. Ninguém quer numa questão de vaidade o Paraná pontecendo essa questão da defesa do pacto federativo, mas é uma questão de necessidade.

Gostaria de pedir a compreensão e a união dos demais pares desta Casa, no sentido de pedir o apoio, porque todos têm um deputado federal - que dobrou - ou que têm uma afinidade, no sentido de somar conosco colaborando com a assinatura na emenda, porque amanhã estaremos elaborando, junto com os demais fiscos, lá, uma proposta de emenda para sobrepor juntamente com a necessidade da emenda tributária, mas algo que preserve a autonomia, não só das Assembleias Legislativas, mas também dos próprios Poderes Executivos Estaduais que também estarão tendo diminuição do seu poder, se passar da maneira com que foi proposta a reforma.

Então, gostaria de pedir esforços aos demais pares desta Casa no sentido de pedir o apoio dos deputados federais. Precisaremos de 171 assinaturas. Já tem 12 Assembleias que confirmaram a presença, que estarão juntamente conosco, buscando essa coleta de assinaturas e na sequência gostaria de pedir aos deputados aqui que entrassem em contato com os deputados federais, no sentido de somar esforços.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Agradeço, e diria que lá em São Luiz estiveram as 27 Assembleias Legislativas, mostrando uma consciência maior dos próprios parlamentares.

Com relação à alteração, que já está acontecendo no Congresso Nacional, quando um deputado do Paraná, na Associação dos Municípios Paranaenses, a AMP, disse que estava deferido, que a cobrança do ICMS seria de destino para a energia.

Hoje pela manhã, o senador Renan Calheiros assumiu a posição, em nome do PMDB, de que a cobrança vai ser na origem, onde está gerando. Isso mostra que está começando a mudar o quadro, que parecia imutável. Então, há um trabalho muito profícuo a ser feito pelas Assembleias, e com certeza o deputado Reni Pereira e o senhor presidente estarão nos representando à altura em Brasília na data de amanhã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta Presidência quer também manifestar a satisfação pela eleição do deputado José Maria Ferreira como tesoureiro da Unale. O deputado José Maria tem feito um grande trabalho e tenho certeza que vai dignificar a Assembleia Legislativa do Paraná.

Os nossos cumprimentos.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, hoje pela manhã a CPI do Banestado realizou mais uma reunião e deliberou sobre a convocação do procurador da República, Dr. Luiz Francisco de Souza, coordenador da força-tarefa do Banestado, acompanhado do delegado José Francisco Castilho Neto e do perito federal, Dr. Renato Rodrigues Barbosa, que confirmaram a presença nesta Casa no dia 11 próximo, aonde farão um relato, um histórico do trabalho realizado em Nova Iorque, eles que fazem esse trabalho em nome da República sobre o assunto Banestado.

Então, é com muito prazer e com muita honra que devo comunicar à Casa que o procurador da República, acompanhado do perito e o delegado, estarão aqui para colaborar com a CPI do Banestado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Horário das Lideranças: PT, deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, servidores públicos da rede pública de saúde que prestam excelentes serviços e comparecem à Casa em uma luta legítima, imprensa aqui presente.

Falava agora com a deputada Luciana Rafagnin que hoje na pauta de discussão da nossa Bancada, logo à tarde, sem dúvida nenhuma, o tema saúde estará na pauta no sentido de ajudarmos, colaborarmos nas negociações com o governo.

A Sra. Luciana Rafagnin

Concede-me um aparte, deputado?

(Assentimento)

Obrigado pelo aparte, deputado, queria também cumprimentar todos os servidores, todos os trabalhadores de saúde do nosso Estado do Paraná.

Dizer que realmente nós temos uma reunião logo após a Plenária e um dos assuntos vai ser a questão dos

servidores, a questão do reajuste salarial para os trabalhadores na saúde do nosso Estado.

E, queremos parabenizar a Elaine que esteve aqui, que fez uma bonita explanação. Realmente estamos somando a todos os trabalhadores na saúde, juntos nesta luta pelo reajuste salarial, ao mesmo tempo em que sabemos que é uma luta muito grande, e queremos nos somar também à questão da legalidade das trinta horas semanais. Sabemos que é uma reivindicação antiga e nós estamos somando, então, junto aos servidores, e tenho certeza disso, já estamos assegurando aqui, vamos trabalhar esse tema na nossa reunião e logo que tivermos um contato, até conversávamos já com a Elaine, queremos um contato direto e teremos esse contato na reunião nossa da Bancada com o nosso líder do Governo, Ângelo Vanhoni, no qual estaremos reivindicando, então, que tenha audiência do governador com o SindiSaúde.

Muito obrigada!

O SR. ANDRÉ VARGAS

Dizer também que hoje não pudemos estar presentes em uma reunião entre a Copel e a Sercomtel, que discutiram a criação de uma empresa pública de telefonia, em função de uma reunião pré-marcada com o chefe da Casa Civil, deputado Caíto Quintana, para discutirmos a questão do pedágio e os encaminhamentos adequados a essa sistemática.

Portanto, distribuimos à imprensa um estudo realizado sobre as possibilidades da criação dessa empresa de telefonia, estudo esse que cada um dos deputados receberá e acompanharemos, *pari passu*, todo esse procedimento a partir de agora, para que possamos levar a bom termo a criação de um sistema público de comunicação e telecomunicações. Lá esteve presente também a nossa companheira, deputada Elza Correia, pois é um assunto que interessa, e muito, a Londrina e ao Paraná.

Falando com o deputado Caíto Quintana, levei, e em função até da polêmica estabelecida em relação ao pedágio, não esgotaremos o tema agora em dois ou três minutos, mas amanhã teremos um reunião da CPI. Aguarda-se para o encaminhamento nesta Casa de um projeto de encampação, mas quando o governo demonstra vontade de fazê-lo, é porque exatamente algumas afirmações prévias do presidente da CPI foram confirmadas.

Uma das questões que geram uma aparente polêmica entre este deputado e o Governo, era com relação à legalidade. Um contrato ilegal, deputado Dobrandino, tem que ser anulado, e ele não foi anulado; foi feita uma proposta da encampação a bem do interesse público, e é isso que será destinado à Casa.

Se eventualmente as concessionárias não estivessem cumprindo com o contrato, acho sim que o contrato é benevolente com as concessionárias, mas por declaração do doutor Rogério Tissot as concessionárias vinham ou estavam cumprindo, conforme bem ouviram e acompanharam na CPI o deputado Bradock, o deputado Barbosa, cumprindo com aquilo que estava estipulado no

contrato, porque, se não estivesse, o Governo deveria decretar a caducidade do contrato e assim diz a legislação.

Portanto, esse debate está apenas começando. A CPI do Pedágio tem documentos e todos eles estão à inteira disposição dos cinquenta e quatro deputados, da sociedade paranaense, todos enviados pelas concessionárias, pelo DER, pelas entidades de classe ouvidas.

Portanto, não querendo alimentar a polêmica, porque o debate é apenas verbal, não há que se resolver a questão do pedágio, é dizer que agora, sim, teremos um debate do conjunto do Plenário, do conjunto da sociedade sobre os reais impactos do pedágio e do programa de concessões na sociedade do Paraná.

Concedo um aparte ao deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi

Na verdade não é bem um aparte.

Agradeço V. Exa. por me conceder esse tempo, mas é apenas uma pergunta: qual a sua posição pessoal ou partidária sobre a questão do pedágio? Essa é a primeira pergunta.

Em segundo lugar, o senhor é a favor da proposta do Governo de encampação ou é contra?

O SR. ANDRÉ VARGAS

Veja, deputado!

Primeiro, não é a posição pessoal. Nós estamos analisando juridicamente, até porque um deputado, qualquer cidadão pode dizer a sua posição. Nós estamos aqui na posição de presidente da CPI. Nós podemos concluir aquilo que tem lastro nos documentos. A proposta de encampação é polêmica. Ao fazer, o governo superar a discussão da ilegalidade. Isso é uma análise jurídica. Ilegalidade, porque não anula os contratos e superar também o debate sobre a caducidade dos contratos. São os três instrumentos da extinção de um programa de concessão. Portanto, como não recebemos ainda o projeto - o projeto não chegou a esta Casa. Eu falava e sempre falei com o deputado Nelson Justus, que este deputado é favorável a uma saída negociada a favor da sociedade, a bem da sociedade, com redução de tarifas.

Essa é a posição que tenho defendido publicamente e o deputado Ângelo Vanhoni o fez, hoje, na imprensa. A posição é essa. Mas, em não sendo possível a encampação, é uma possibilidade e uma prerrogativa, que vai ser analisada pelo conjunto do Plenário.

Concedo um aparte ao deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri

Obrigado, deputado André Vargas.

Apenas quero deixar registrado que, como tomamos conhecimento e até para os jornais, em princípio, dessa proposta do Executivo, espero que quando ela chegar aqui possa ser debatida dentro de um prazo que permita a todos, não só estarem esclarecidos, como também

esclarecer à população. É uma proposta que, sem dúvida nenhuma, seja qual for o desfecho que ela venha a ter, altera radicalmente aquilo que temos hoje com relação ao pedágio nas rodovias paranaenses. Espero que, na medida em que esse processo chegue aqui, devemos ter tempo suficiente para fazer o debate, não em tempo infinito, mas que não seja um tempo que constrange, para que esse debate possa ser feito, sem que mais tarde venhamos a ser cobrados por atropelar um processo que dura há alguns anos. E certamente, não será em uma ou duas semanas que será resolvido.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Tenho dito, meus companheiros, que a CPI reúna documentos importantes, para que cada deputado possa, à luz do seu posicionamento político, das informações e dos dados, tomar a sua decisão. Portanto, hoje, a CPI do Pedágio, muitos perguntaram: Essa decisão do governo não atropela a CPI? Eu disse: Pelo contrário. Estando na Assembléia, a CPI funcionando e a proposta do governo em andamento, é a CPI do Pedágio que poderá oferecer aos companheiros as informações necessárias, para fazer a melhor opção e escolher o seu voto. Nós, do PT, não debatemos isso ainda, porque esse projeto não chegou à Casa. Hoje é pauta da nossa reunião, que será longa. Certamente, o deputado Traiano e o conjunto de deputados têm informações. Quero dizer que todos os documentos disponíveis estão à disposição do conjunto dos deputados.

Concedo um aparte ao deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano

Deputado André Vargas, quero me somar ao seu pronunciamento e também cumprimentá-lo pela lisura com que vem conduzindo a CPI do Pedágio. Todos nós temos conhecimento da sua posição ideológica, fazendo a CPI do Pedágio um instrumento para buscar a elucidação de um fato complexo, que a sociedade paranaense espera de todos nós uma decisão equilibrada, serena e que não seja ela tomada apenas pela paixão política ou para satisfazer a vontade pessoal desse ou daquele homem público ou de qualquer cidadão desse Estado. Estamos diante de um fato que foi criado. Lamentavelmente faltou discussão na sociedade. Não cabe a nós nesse momento questionarmos. Estamos diante de um fato que deve ser elucidado.

A CPI do Pedágio foi criada com dois objetivos: 01) Analisar a legalidade dos contratos; 02) Analisar que componentes se estaleceram às tarifas. É exatamente sob a luz desses dois itens que a CPI do Pedágio está calando todo o seu direcionamento, no sentido de buscar soluções que possam deixar claro, exatamente, o teor do requerimento.

V. Exa. tem sido um presidente digno de elogios por todos aqueles que fazem parte da CPI. Diversas tendências políticas compõem esta CPI e a lisura com que o presidente André Vargas vem conduzindo a CPI é digna

de elogios e com certeza nós vamos até o final de junho apresentar um relatório que possa, quem sabe, contribuir para com o próprio governo, no sentido de buscar o caminho da solução do problema, porque radicalizar não se chega a lugar algum, porque sociedade, todos aqueles que vieram até a CPI entendem que o pedágio é um avanço para o Estado aconteceu em função da infra-estrutura criada no Estado.

Portanto, nós queremos, por um ato arbitrário, eliminarmos definitivamente o pedágio; significa dizer voltarmos ao passado, nos estarmos retroagindo no tempo e no espaço. Eu acho que este não é o melhor caminho. O melhor caminho é o diálogo, é buscar alternativas que possa satisfazer tanto ao governo, quanto aos empresários que têm as concessões no Estado do Paraná e da mesma forma atender aos interesses da população do Estado como um todo. E é neste caminho, é nesta trilha que a CPI do Pedágio está buscando o seu relatório para este final de mês.

Parabéns pela sua atuação.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ANDRÉ VARGAS

O deputado Traiano tem a sua posição e entendo que a encampação encaminhada à Assembléia não extingue, não elimina a possibilidade de uma saída negociada de uma saída articulada. Não é possível que a gente, por princípio, abra mão.

Portanto, deputado Traiano, companheiros, discordo em parte da sua posição no sentido de que este projeto por si só esteja esgotado o processo de uma saída negociada a bem da sociedade, concessionária é uma parte, objetivo-lucro, o governo é uma parte que media este interesse, mas a opção é pelo interesse da coletividade.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero esclarecer à Casa que ainda não chegou nenhuma mensagem do governo sobre a encampação do pedágio.

Horário da Liderança do Governo.

Com a palavra, o deputado Dobrandino da Silva.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Senhor presidente, deputado Hermas Brandão, senhoras e senhores deputados. Na ausência presidente, da liderança do Governo, deputado Ângelo Vanhoni, em função de estar numa reunião neste momento no Palácio Iguaçu, juntamente com o governador e ministro da Reforma Agrária, se não me engano, ele nos pediu, na condição de vice-líder, que o representássemos nesta Sessão. E mais, em função do pedido dos funcionários da área da saúde, nós queremos falar para esses servidores tão importantes da categoria dos funcionários do Estado, na área da saúde.

Eu gostaria de dizer o seguinte. Nós sabemos da importância, da grandeza que é do segmento dos funcio-

nários públicos na área da saúde que é a coisa mais importante na vida de todos nós e sabemos também da situação difícil em que se encontram os funcionários pelos salários achatados.

Na minha cidade de Foz do Iguaçu, há poucos dias, eu tive uma reunião com os funcionários da área da saúde nos pedindo para que trouxéssemos ao governador as suas reivindicações. Nós sabemos que nos oito anos do governo que passou, deixou não apenas os funcionários da saúde, mas os funcionários públicos do Estado do Paraná numa situação quase de miséria. Nós sabemos disto, eu já falei com o secretário da Saúde, Dr. Cláudio Xavier, sobre esta questão que eu acho da maior gravidade, e já conversei também com o senhor governador Roberto Requião, e gostaria de dizer a vocês que eu não tenho nenhuma dúvida, embora o governo esteja a apenas cinco meses, e é claro que vocês não têm tempo para esperar, sabemos disso, mas são tantas as dificuldades que o governo enfrenta, mas eu posso dizer a vocês, eu não sei quanto será o percentual já está se estudando isto, eu falei com o governador, e já há uma comissão estudando o que pode ser feito em termos de reposição das perdas salariais dos funcionários, principalmente da área da saúde, como já disse.

O Governo já olhou na área policial, já está mexendo na área da educação e claro, a Saúde é das mais importantes. Não tenham dúvida nenhuma que vai ser feito, logo, logo, um reparo na situação dos nossos funcionários da Saúde, que estão com muita justiça recorrendo a esta Casa, pedindo ajuda neste sentido.

Quero dizer a vocês, embora na ausência do nosso líder, ainda nesta semana quero ver se agendo com o governador e o secretário da Saúde para receber uma comissão dos funcionários da área, tão importante como é a da saúde. Vocês poderão fazer contato no gabinete da deputada Luciana Rafagnin, que eu sei que está defendendo também esta causa e no meu gabinete, a partir da próxima semana, vocês terão uma resposta do dia que o governador receberá uma Comissão.

O governador Requião é um governador responsável, e dada a importância deste tema, tenham a certeza que serão atendidos.

Concedo aparte à deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Exatamente para me manifestar a respeito dessa questão que V. Exa, está colocando. Nós sabemos da preocupação do governador, pois ele sempre coloca que os dois, nós críticos maiores, diz respeito à desvalorização dos funcionários públicos nos 8 anos do governo que passou, especialmente nas áreas de Saúde e Educação.

Falava com a Elaine, já entramos em contato com o Rodrigo, assessor direto do governador Requião, que está despachando neste momento, em nome da companheira Luciana Rafagnin, André Vargas também já se manifestou, os companheiros do PT e já disse à Elaine que nós, do PMDB, evidentemente somamos a esta luta e

certamente nós assumimos junto com V. Exa. como vice-líder do Governo, com os companheiros do PT agendar essa audiência o mais rápido possível, porque esta reivindicação é justa, é importante e também tem a ver com cada um de nós, não só como parlamentares, mas como cidadãos do Paraná.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Muito obrigado, deputada.

Eu conversava com o governador ainda quando estávamos discutindo a possibilidade da sua candidatura para o Governo do Estado. Eu dizia a ele que uma das obras mais importantes do seu governo seria corrigir a injustiça que se cometeu com os servidores do Estado. Acompanho isso e foi um descaso enorme que se cometeu contra os nossos servidores. Tem servidor de escola que ganha menos que um salário-mínimo. Mas tenho certeza, e volto a repetir, o governador está empenhado e vai corrigir esta grande injustiça cometida contra os servidores do Paraná.

Vocês podem se dirigir ao meu gabinete a hora que quiserem que vocês terão um aliado, como tenho certeza que é a maioria dos deputados desta Casa, para ajudá-los neste pleito que é tão importante e justo.

Senhor presidente, eu teria ainda outro tema, mas sei que o meu tempo está esgotado. Queria falar sobre o pedágio aqui.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. amanhã poderá usar o Horário da Liderança do PMDB, ou o Horário da Liderança do Governo, ou o Pequeno Expediente, para colocar este outro tema.

Antes de passarmos à Ordem do Dia, quero informar aos parlamentares que o Governo encaminhou, dentro do prazo legal, a prestação de contas referente à Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como a execução orçamentária.

Esta presidência marcou para o próximo dia 11 de junho a presença do secretário Heron Arzua, para colocar perante os senhores parlamentares em audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 51/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente, sugerindo a concessão de auxílio transporte a todos os Oficiais de Justiça. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Expediente subscrito pelo deputado Mauro Moraes constante do expediente, comunicando sua filiação ao Partido Liberal nesta Casa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 04 (quatro) de autoria do deputado Neivo Beraldin, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1121, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, encaminhando expediente ao senhor presidente desta Casa, para justificar a ausência à sessão do dia 04 de junho do deputado Tadeu Veneri. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 026/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que sugere a inclusão da matéria de introdução à Filosofia nas Escolas da Rede Pública Estadual de Ensino Fundamental e Médio. **PARECER FAVORÁVEL DA CECE. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 222/2003. Aprovada.**

INDICAÇÃO Nº 026/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Exmo. Sr. secretário de Estado da Educação.

O deputado Mauro Moraes, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A inclusão do conteúdo de Introdução à Filosofia nas Escolas da Rede Pública Estadual de Ensino Fundamental e Médio.

Sala das Comissões, em 13.05.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

JUSTIFICATIVA:

Essa seria a forma de despertar nos jovens o gosto pelas letras, artes e valores humanísticos, preparando-os para um futuro que se configura como o da automação,

do avanço tecnológico, e cujo um dos desafios será a integração do homem com esse novo ambiente.

Um dos temas mais debatidos é a crise do ensino brasileiro. Não se trata de uma crise estrutural, mas também curricular. Esvazia-se nas escolas a prática do pensamento autônomo, devido ao abandono de estímulo à formação de idéias. A falta dessa prática estabiliza os valores morais e faz com que o adolescente tenha um desenvolvimento confuso. Acreditamos que o ensino da filosofia nas escolas possa vir a colaborar com a formação iniciada na família, ao mesmo tempo em que dotará o jovem de uma visão mais ampla sobre a sociedade em que vive, e mesmo sobre a individualidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 222/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Mauro Moraes, tem por objetivo tornar obrigatória a inclusão da matéria de Introdução à Filosofia nas Escolas da Rede Estadual de Ensino.

Fundamentação

A proposição fere norma (artigo 66) da Constituição do Estado, da iniciativa privativa do senhor governador do Estado. O objetivo do projeto já vem sendo amparado pela Secretaria da Educação que vem orientando sobre a reestruturação curricular e o papel de Temas Transversais.

Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Constituição e Justiça, apresenta parecer contrário ao projeto em tela, e, como forma de preservar os nobres objetivos do deputado autor, toma a iniciativa de apresentar a Indicação em anexo, que será encaminhada ao secretário de Estado da Educação, se aprovada for pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 13.05.2003.
(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
INDICAÇÃO Nº 026/2003

P A R E C E R :

Louvável sobremaneira a proposta do nobre deputado Mauro Moraes de “despertar nos jovens o gosto pelas letras, artes e valores humanísticos”, por meio do projeto de lei que torna “obrigatório o conteúdo de introdução à filosofia nas escolas da rede pública estadual de ensino fundamental e médio”. Indiscutível o valor inestimável do ensino da filosofia na evolução da humanidade.

Dignos de elogios a iniciativa e a preocupação do nobre deputado, em oferecer meios voltados ao aprimoramento intelectual dos jovens estudantes paranaenses.

Limitando-se ao exposto e considerando a relevância da matéria, rogamos vênias para ratificar o parecer do nobre presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em caso de aprovação do Plenário desta Casa Legislativa, de encaminhar a Indicação nº 026/2003 a S. Exa. o nobre secretário de Estado da Educação, Maurício Requião, para as providências que julgar cabíveis de modo a dinamizar a matéria em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente

RAFAEL GRECA - Relator

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 028/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que sugere instituir no calendário Escolas da Rede de Ensino Fundamental, Médio e Superior, a Semana Turística Cultural. PARECER FAVORÁVEL DA CECE. **Aprovada. (Publ. no DA nº 035/2003, de 19.05.2003).**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
INDICAÇÃO Nº 028/2003

P A R E C E R :

A presente indicação do nobre deputado Alexandre Curi, visa instituir no calendário escolar da rede de ensino fundamental, médio e superior, a Semana Turística Cultural.

Com a indicação do ilustre deputado vislumbra-se um horizonte incomensurável em prol da cultura e do desenvolvimento turístico.

A prática do turismo já é de suma importância ainda mais de cunho pedagógico.

Despertar nos jovens o interesse em conhecer *in loco* os pontos turísticos é oportunizar o conhecimento da história, da cultura, dos costumes e a geografia da região.

Seria ainda uma forma de motivar o interesse pela profissão de turismólogo que certamente contribuirá para a melhoria do turismo.

Não se pode olvidar esforços para fazer renascer a chama do turismo no Paraná que conta com tantas belezas, tradições, e uma história riquíssima - cataratas, parques, memoriais, monumentos, museus, grupos de dança e a comida típica.

O governo precisa incentivar e capacitar recursos humanos para sistema turístico, pois ele é o cérebro. O empresariado é o coração. Os profissionais são as pernas e os braços. A comunidade dos serviços são as células. Esse conjunto forma o corpo turístico de modo a dinamizá-lo.

O turismo não só intelectualiza, como também gera empregos. Por exemplo: Santa Felicidade, gera mais ou menos 18.000 (dezoito mil) empregos, possui em torno de 90 (noventa) restaurantes e arrecada algo em torno de 4,5 milhões de reais de ISS por mês.

Limitando-se ao exposto e contando com os doutos suprimientos dos nobres pares opinamos favoravelmente ao projeto de indicação por entendermos de relevante importância, devendo prosseguir nos seus ulteriores termos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente

RAFAEL GRECA - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 034/2003, de autoria do deputado Ratinho Júnior, que sugere a instituição, na Rede Pública e Privada de ensino do Estado do Paraná, o estudo da dependência química e suas consequências e o programa permanente de orientação e prevenção ao uso de drogas. PARECER FAVORÁVEL DA CECE. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 180/2003.

Aprovada.

INDICAÇÃO Nº 034/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Exmo. Sr. secretário de Estado da Educação.

O deputado Ratinho Júnior, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - Instituir, no âmbito da rede pública e privada do Ensino Fundamental e Médio do Estado do Paraná, a obrigatoriedade de manutenção, em caráter permanente e como atividade extracurricular, de um Programa de Orientação e Prevenção do Uso de Drogas.

2 - Para alcançar o disposto tornar-se-ia obrigatório o estudo e a capacitação do corpo docente da dependência química e suas consequências psicossociológicas.

3 - As atividades de prevenção do uso de drogas e de estudos da dependência química, mencionadas são reputadas de relevante interesse público, podendo, para tanto, ser utilizado os recursos e apoio disponíveis da Secretaria Estadual da Educação, do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, da Secretaria Estadual da Saúde, Secretaria da Justiça e dos órgãos de Segurança Pública.

4 - Competiria à rede de ensino privado a promoção do estudo e capacitação, e da implantação da disciplina extracurricular, em caráter obrigatório, em conformidade com as diretrizes e conteúdo programático a serem definidos pelo Poder Executivo.

Sala das Comissões, em 20.05.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DOUTOR LUCIANO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,

CULTURA E ESPORTES

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 34/2003

P A R E C E R :

Projeto de Indicação nº 34/2003, de autoria do senhor deputado Ratinho Júnior, sugere a instituição, na

rede pública e privada de ensino do Estado do Paraná, o estudo da dependência química e suas consequências e o programa permanente de orientação e prevenção ao uso de drogas.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e apesar do parecer contrário da CCJ, somos favoráveis ao projeto, já que os jovens são o alvo principal dos traficantes, até dentro de instituições de ensino, como a imprensa tem mostrado em nosso Estado, não apenas nas grandes, mas nas médias e até pequenas cidades.

Entendemos que pela relevância da proposta deva continuar tramitando nesta Casa.

Sala das Comissões, em 28.05.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

Em votação.

O SR. RATINHO JÚNIOR (Para Encaminhar)

Gostaria de pedir o apoio e que o governo desse uma atenção especial a esse projeto de indicação, até porque esta Casa vem trabalhando este ano no desenvolvimento social do Estado do Paraná.

Sabemos das consequências que as drogas vêm trazendo à sociedade, não só paranaense, mas brasileira. E esse projeto vem de encontro a esse assunto mostrando e colocando, sugerindo a instituição da rede pública a rede privada de ensino do Estado do Paraná, o estudo da dependência química e suas consequências. E o programa permanente de orientação e prevenção ao uso de drogas.

Então, gostaríamos que o Governo do Estado desse uma atenção. E peço a colaboração dos demais deputados que apoiem esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Em discussão. **Aprovada.**

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 035/2003, de autoria do deputado Vanderlei Iensen, que sugere a criação do vale-cultura para os profissionais da Educação do Sistema Público Estadual de Ensino. COM PARECER FAVORÁVEL DA CECE. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 228/2003. **Aprovado.**

INDICAÇÃO Nº 035/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Exmo. senhor secretário de Estado da Educação.

O deputado Vanderlei Iensen, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A criação do vale-cultura para utilização pelos profissionais da Educação do Sistema Público Estadual de Ensino.

2 - Seria concebida uma parceria com redes de cinemas, teatros, livrarias, editoras, locadoras de vídeo e afins, no intuito precípua de viabilizar o vale-cultura.

Sala das Comissões, em 20.05.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DOUTOR LUCIANO - Relator

JUSTIFICATIVA:

A presente indicação tem como finalidade munir os profissionais de educação com uma ferramenta indispensável nos tempos que correm, que é a cultura.

A implantação do vale-cultura daria aos educadores condições de alimentar a alma e transportar sua mente para a construção de um ensino mais criativo, humano, atualizado e eloquente.

O vale-cultura iria propiciar condições aos educadores acesso ao bom livro, uma peça teatral, assistir a um filme ou locar um vídeo, trazendo como resultado uma educação de mais qualidade e progressista.

Solicito o apoio dos nobres pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação da presente indicação que cria o vale-cultura para os profissionais da Educação no Estado do Paraná.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES INDICAÇÃO Nº 035/2003

P A R E C E R :

A Indicação nº 035/2003, de autoria do deputado Vanderlei Iensen, sugere a criação do vale-cultura para os profissionais da Educação do Sistema Público Estadual de Ensino.

Trata-se de sugestão que tramitava sob a forma de projeto de lei. O objetivo é oferecer aos profissionais da Educação e do Estado instrumentos de desenvolvimento cultural, essenciais para o desenvolvimento do sistema de ensino como um todo.

É possível ao Estado, através de programas de incentivo, criar instrumentos que propiciem a participação da sociedade na concessão do vale-cultura. Contudo, depende de previsão orçamentária e adequação aos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, gerando a necessidade de estudos e empenho do Poder Executivo.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação da Indicação nº 035/2003.

Sala das Comissões, em 28.05.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 040/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que sugere a criação de cargos nos Núcleos Regionais de Educação nos municípios de Jaguariaíva e Laranjeiras do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CECE. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 037/2003, de 21/05/2003)**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE INDICAÇÃO N 040/2003

P A R E C E R :

A Indicação em análise de autoria do nobre deputado estadual Nereu Moura, sugere a criação de cargos de chefia nos Núcleos Regionais de Educação nos municípios de Jaguariaíva e Laranjeiras do Sul, recebe parecer favorável desta Comissão.

Argumentamos que não se pode prestar um serviço de boa qualidade para alunos e professores se não houver chefe e assistente técnico para desempenhar tais funções, essenciais ao bom andamento das funções nos referidos Núcleos.

Sala das Comissões, em 28.05.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1075 e 1076, de autoria do deputado Tadeu Veneri, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1083 e 1084, de autoria do deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1085 e 1089, de autoria do deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1086, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1087, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1088, de autoria dos deputados Durval Amaral, Luiz Carlos Martins, Fernando Ribas Carli, Elio Rusch e demais deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1092 e 1093, de autoria do deputado Durval Amaral, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1122, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins. Para fazer constar nos Anais da Casa.**

Requerimentos nºs 1096 a 1099, de autoria do deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1103, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1108 e 1109, de autoria do deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1113 e 1114, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1120, de autoria do deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1101, de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Encaminhe-se na forma do requerido.**

Vamos informar o senhor parlamentar que não podemos pedir informações. Podemos solicitar. Se a Prefeitura fornecer, será fornecido. Não temos como legislar sobre a administração municipal.

Requerimentos nºs 1112, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 016, 121 e 174/2003.

Levanta-se a Sessão.

Atas de CPI:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO BANESTADO ATA DA 9ª REUNIÃO ADENDO

Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Gabriel Guimarães Sampaio (Plenário), sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados-membros: Elza Correia, Miltinho Pupio, Nelson Justus, Ailton Araújo, Ademir Bier e Pedro Ivo Ilkiv. Havendo número legal o senhor presidente iniciou os trabalhos requerendo a deliberação sobre os seguintes assuntos: quebra de sigilo bancário das seguintes documentações/operações: ... "Processos de ativos do Banestado incorporados pelo Governo do Estado do Paraná, no valor de R\$1.500.779.231,41 (hum bilhão, quinhentos milhões, setecentos e setenta e nove mil, duzentos e trinta e um reais e quarenta e um centavos), documentos esses que estão sob a responsabilidade da Agência de Fomentos do Estado do Paraná". Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para contar e

produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, demais deputados presentes à reunião e pelo secretário da Comissão.

NEIVO BERALDIN - Presidente
Alan Marcos Andrade - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO BANESTADO ATA DA 13ª REUNIÃO

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Presidência deste Poder, sob a Presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados membros: Elza Correia, Luciana Rafagnin, Ailton Araújo, Francisco Bühner, Nelson Justus e Waldyr Leite. Participou também da reunião o presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, deputado Hermas Brandão. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos com a leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Em seguida o deputado Neivo Beraldin passou às mãos dos presentes o resumo do andamento dos trabalhos da Comissão. O deputado Hermas Brandão solicitou a palavra para participar à Comissão que recebeu a visita do empresário Darcy Fantin, que veio manifestar a sua vontade de ser ouvido por esta, e trazer documentos para provar que alguns erros estão sendo cometidos, no encaminhamento da Comissão. Disse também que procurou a Comissão, mas que não foi ouvido por ninguém. O deputado Hermas Brandão lembrou que existe uma resolução que está no Regimento Interno, que diz que só pode participar da CPI, funcionários da Casa ou requisitados de outras instituições, como o Ministério Público, Tribunal de Contas, Procuradoria do Estado. Ponderou também que antes de a Comissão colocar as informações para a imprensa ou quebrar o sigilo de uma empresa, deveríamos antes ouvi-la, a fim de que se possa dar a oportunidade de defesa à mesma e que, no futuro, esta Assembléia poderia sofrer uma ação de reparação de danos e conseqüentemente os membros desta Comissão. O deputado Neivo Beraldin frisou que a Comissão está baseada numa documentação do Banco Central, e que responde pelo seu mandato popular e baseado nele, está feita a sua defesa porque está trabalhando no exercício em função parlamentar. A Comissão deliberou que deveria ouvir todos os ex-diretores do Banestado no dia 02 de junho, segunda-feira, às 09h00 o empresário Darcy Fantin no dia 03 de junho, terça-feira, às 09h00. A íntegra das notas taquigráficas passam a fazer parte desta Ata. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, demais

deputados presentes à reunião e pelo secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente

Alan Marcos Andrade - Secretário

Ata de Comissão Permanente:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Chico Noroeste, José Maria Ferreira, Elton Carlos Welter, Doutor Luciano, Nelson Justus, Delegado Bradock, Antonio Anibelli e mais os senhores deputados Pastor Edson Praczyk e Elza Correia. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, colocando em discussão e votação a Ata da reunião anterior, após dispensa da leitura requerida pelo senhor deputado Antonio Anibelli - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 148/2003, de autoria do senhor deputado Nereu

Moura. Parecer CONTRÁRIO do senhor deputado Duílio Genari, encaminhando para Indicação Legislativa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 220/2003, de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli e Projeto de Lei nº 269/2003, de autoria do senhor deputado Rafael Greca de Macedo, ambos anexos. CONCEDIDO VISTAS ao senhor deputado Delegado Bradock; 03) Projeto de Lei nº 243/2003, de autoria do senhor deputado Padre Paulo Campos. Aprovado pelo Plenário a CONCESSÃO DE VISTAS ao senhor presidente, deputado Hermes Fonseca; 04) Projeto de Lei nº 125/2003, de autoria do senhor deputado Tadeu Veneri e Projeto de Lei nº 170/2003, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, ambos anexos. Parecer FAVORÁVEL à subemenda de Plenário, do senhor deputado Doutor Luciano - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 265/2003, de autoria do senhor deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do senhor deputado Delegado Bradock, encaminhando para Indicação Legislativa - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária